

## FEMINISMO.COM: O MOVIMENTO FEMINISTA NA SOCIEDADE EM REDE

Alexsandra Gato Rodrigues<sup>1</sup>

Danielli Gadenz<sup>2</sup>

Letícia Almeida de la Rue<sup>3</sup>

---

*Fecha de publicación: 01/04/2014*

**SUMÁRIO:** Introdução. **1 MOVIMENTO FEMINISTA:** a história, as lutas e as conquistas. **2 A INTERNET E O ATIVISMO DIGITAL:** qual o papel das redes na luta dos movimentos sociais? **3 ESTRATÉGIAS ONLINE DO FEMINISMO:** um mapeamento do discurso feminista na internet. 3.1 Estratégias do movimento feminista online. Referências. Conclusão.

### RESUMO:

A *internet* tem, de diversas maneiras, reconfigurado a forma como os movimentos sociais se relacionam, tanto entre si quanto com a sociedade. Um movimento que, cada vez mais, tem se utilizado da tecnologia para divulgar suas pautas e reivindicações é o feminista, na medida em que muitas das suas atuais discussões

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Área de concentração: Direitos Emergentes da Sociedade Global, Linha de Pesquisa: Direitos na Sociedade em Rede. Mestre em Desenvolvimento pela UNIJUI.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Área de concentração: Direitos Emergentes da Sociedade Global, Linha de Pesquisa: Direitos na Sociedade em Rede.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Área de concentração: Direitos Emergentes da Sociedade Global, Linha de Pesquisa: Direitos na Sociedade em Rede. Bolsista Capes.

passam pelo ciberespaço. O presente trabalho objetiva verificar como se dá a apropriação das novas tecnologias, especialmente a *internet*, pelo movimento feminista. Para tanto, optou-se pelo método de abordagem dedutivo, em conjunto com a técnica de pesquisa bibliográfica, por meio da análise doutrinária sobre o tema, bem como observação não participativa das plataformas online utilizadas pelo movimento. Ao final, concluiu-se que o espaço livre de ideias advindo da internet propicia ao movimento feminista uma ampliação do debate e da troca de ideias, trazendo reflexos da sua estruturação na rede para a ocupação do espaço urbano. Assim, pode-se dizer que o feminismo já está percebendo a relevância das tecnologias da informação e comunicação para gerar uma ação transformadora, que desafia as instituições tradicionais, ainda muito marcadas pela cultura machista e patriarcal, em prol de uma sociedade mais humana e igualitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Internet*. Movimentos sociais. Ativismo digital. Feminismo.

## **FEMINISM.COM: THE FEMINIST MOVEMENT IN THE NETWORK SOCIETY**

### **ABSTRACT**

The internet has, in many ways, reconfigured how social movements are related, among themselves and with society. A movement that has been using the technology to promote their agendas and grievances is the feminist, with current discussions through cyberspace. Therefore, this paper aims to verify how is the appropriation of new technologies, especially the internet, by the feminist movement. It was used a deductive approach, along with bibliographic research, through doctrinal analysis on the topic, as well as non-participant observation of online platforms used by the movement. At the end, it was concluded that the free space of ideas from the internet provides to the feminist movement an extension of the debate and exchange of ideas, bringing reflections of the network structure to the occupation of urban space. Thus, it's possible to affirm that feminism is now realizing the importance of technologies of information and communication to generate transformative action that challenges traditional institutions, still marked by very sexist and patriarchal culture, in favor of a more human and egalitarian society.

**KEYWORDS:** Internet. Social movements. Digital activism. Feminism.

## INTRODUÇÃO

A *internet* tem, de diversas maneiras, reconfigurado a forma como os movimentos sociais se relacionam, tanto entre si quanto com a sociedade. A tecnologia pode ampliar as formas de participação dos atores sociais, permitir novos modos de inserção em diferentes segmentos da sociedade, e aumentar a visibilidade das ações levadas a cabo pelos membros de um determinado movimento social. Essa ocupação do espaço das redes pelos movimentos vem sendo denominada, na atualidade, de ativismo digital ou *ciberativismo*.

Um movimento que, cada vez mais, tem se utilizado da tecnologia para divulgar suas pautas e reivindicações é o feminista, na medida em que muitas das suas atuais discussões passam pelo ciberespaço. O feminismo, cujas conquistas em relação aos direitos das mulheres revelam um longo processo histórico de lutas e batalhas pelo respeito à integridade física, moral e psíquica do sexo feminino, vem, a exemplo de diversos outros movimentos, se valendo da plataforma de comunicação propiciada pela *internet*, criando *blogs* e inserindo-se em redes sociais como forma de difundir e promover suas pautas e reivindicações.

Assim, tendo em vista a grande quantidade de conteúdo relacionado ao feminismo que circula na *web*, questiona-se: como se dá a apropriação das novas tecnologias, especialmente a *internet*, pelo movimento feminista? A partir daí, este artigo tem por objetivo verificar de que modo ocorre a inserção do discurso feminista na *internet*, analisando as principais plataformas, estratégias e consequências da interação do movimento com o espaço das redes.

Para responder ao problema de pesquisa levantado, optou-se pelo método de abordagem dedutivo, em conjunto com a técnica de pesquisa bibliográfica, por meio da análise doutrinária sobre o tema. Como método de procedimento, utilizou-se o monográfico, com auxílio da técnica de observação direta assistemática, a fim de realizar um estudo exploratório em *sites*, *blogs* e redes sociais brasileiros que abordassem a temática feminista.

Dividiu-se o trabalho em três partes: inicialmente, foi realizada uma abordagem histórica acerca do movimento feminista, passando pelo papel da mulher desde as sociedades antigas até os dias de hoje, verificando-se quais as principais pautas e demandas do movimento na atualidade; posteriormente, efetuou-se uma análise acerca do papel das redes, especialmente a *internet*, na atuação dos movimentos sociais, destacando-se alguns aspectos definidores da constituição destes movimentos na era da

sociedade em rede; por fim, na terceira parte, realizou-se um mapeamento das estratégias do discurso feminista na *internet*.

## **1 MOVIMENTO FEMINISTA: a história, as lutas e as conquistas**

Quando se fala em feminismo, não raro diversos preconceitos e opiniões desprovidas de embasamento vem à tona. Contudo, o feminismo não pode ser entendido como uma ideologia de “ódio aos homens”, ou que prega a dominação das mulheres sobre os homens. O que o feminismo busca é o fim do sistema de dominação patriarcal, que inferioriza e categoriza, colocando os homens numa posição de superioridade em relação aos demais. É por isso que feminismo não é o contrário de machismo, pois machismo é um sistema de dominação, enquanto que o feminismo luta por direitos iguais.

Quer dizer, o feminismo parte da premissa de que uma mulher não deve ser discriminada pelo simples fato de ser mulher, devendo ser respeitada em sua integridade física e psíquica. Para tanto, exige uma transformação social que modifique as relações entre homens e mulheres, ainda permeadas pela noção de violência, dominação e poder. Assim, a essência do feminismo é a (re)definição do gênero feminino, negando a identidade da mulher conforme definida pelos homens e pela família patriarcal<sup>4</sup> (CASTELLS, 2008, p. 211).

Por intermédio de uma variedade de práticas de auto-identificação, mulheres de diferentes origens e com objetivos diversos, porém compartilhando uma mesma fonte de opressão que as definia sob uma perspectiva externa a elas próprias, construíram para si, através do feminismo, uma identidade nova e coletiva (CASTELLS, 2008, p. 220). É importante lembrar, nesse sentido, que as conquistas feministas são fruto de longas lutas históricas que levaram, e ainda levam, à busca pela independência das mulheres, como seres humanos livres e conscientes de serem um sujeito político.

Em sociedades antigas, como a grega, a mulher ocupava posição equivalente à do escravo. Somente escravos e mulheres executavam trabalhos manuais, desvalorizados pelo homem livre. A mulher, que tinha como função primordial a reprodução da espécie humana, produzia tudo o que era ligado diretamente à subsistência do homem: fiação, tecelagem, alimentação. Já em Roma, o direito, com a instituição do *pater familias*, a

---

<sup>4</sup> Leciona Castells (2008, p. 169) que o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar. Esse patriarcalismo permeia toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura.

quem era atribuído todo o poder sobre a mulher, os filhos, os escravos, legitimava as relações de poder assimétricas e a inferioridade da mulher romana (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 11-15).

Durante os primeiros séculos da Idade Média, as mulheres gozavam de alguns direitos, como de propriedade e de sucessão, podendo exercer a maioria das profissões. No entanto, essa participação da mulher não lhe conferia prestígio social, pois nesta época o trabalho não era instrumento de ascensão social, já que o poder era monopólio do clero e da nobreza, e se baseava na ascensão espiritual e na posse de terras. (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 16-20).

A partir do Renascimento, a posição da mulher sofre um retrocesso, na medida em que a formação dos Estados Nacionais e a centralização do poder caminham em paralelo ao afastamento da mulher na esfera pública. A reintrodução da legislação romana implica numa redução dos direitos da mulher. É justamente nessa época, em que o trabalho se valoriza como instrumento de transformação social, que o trabalho da mulher passa a ser depreciado, cumprindo simples função de acumulação do capital. Ao mesmo tempo, a instrução masculina se desenvolve, e a educação feminina é desvalorizada (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 26-28).

No século XVIII, a ideologia liberal toma conta de diversas revoluções, e a noção de que a liberdade do cidadão frente ao arbítrio do Estado somente se constrói com a participação política se afirma como princípio da ideologia liberal. Todavia, os limites de igualdade do liberalismo eram bem claros: ficavam excluídos as mulheres, os negros, os índios. Na França, a mulher, embora participasse ativamente do movimento revolucionário, não via as conquistas políticas estenderem-se ao seu sexo. É nesse momento histórico que o feminismo adquire as características de uma prática de ação política organizada. As mulheres francesas passam a reivindicar seus direitos de cidadania, e o movimento feminista assume um discurso próprio (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 30-33).

O avanço nas lutas operárias passa a congrega homens e mulheres, que também participam dos movimentos e sofrem com a repressão. O sufrágio feminino é outra luta bastante emblemática. O movimento iniciou nos EUA, em 1848, denunciando a exclusão da mulher da esfera pública, num momento em que ocorria uma expansão do conceito liberal de cidadania, abrangendo homens negros e de baixa renda. No Brasil, o direito ao voto foi sendo aos poucos acolhido nos estados da federação, até que em 1932, Getúlio Vargas publicou um Decreto-lei concedendo este direito às mulheres (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 41-48).

Nas décadas de 1930 e 1940, diversas reivindicações do feminismo haviam sido atendidas: as mulheres já podiam frequentar as instituições escolares, votar e serem votadas, participar do mercado de trabalho. Esse contexto leva a um refluxo do movimento das mulheres. Contudo, com o fim da Segunda Guerra Mundial, ao lado do retorno da força de trabalho masculina, reacende-se o discurso que atribui à condição feminina o espaço doméstico. Há uma exacerbação do papel de dona-de-casa, esposa e mãe da mulher, com a desvalorização do trabalho externo feminino (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 49-51).

Por meio da publicação, no final da década de 40, da obra “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir (que, na época, constituía uma voz isolada nesse movimento de transição) são lançadas as bases que delineiam o ressurgimento do movimento feminista nos anos 60. Nesta obra, Simone de Beauvoir analisa que, culturalmente, é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo, e essa autoafirmação, que o transforma em sujeito, é feita sobre a sua oposição com o sexo feminino, transformado em objeto (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 50-52).

A partir da década de 60, o feminismo passa a incorporar outras lutas – a par das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos políticos, trabalhistas, civis –, passando a questionar as raízes culturais dessa desigualdade. Passa a haver uma denúncia contra a “crença na inferioridade natural da mulher”, calcada em fatores biológicos. O feminismo denuncia como a política, a religião, o sistema jurídico, são construções de uma cultura predominantemente masculina, refutando essa ideologia que legitima a diferenciação de papéis na sociedade (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 54-56).

Trata-se, na realidade, de uma ideologia que encobre uma relação de poder entre os sexos, baseada muito mais em critérios sociais que biológicos. O masculino e o feminino são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social: “aprende-se” a ser homem e mulher e a aceitar como naturais as relações de poder entre os sexos. A menina aprende a ser doce, obediente, passiva, dependente, enquanto que o menino aprende a ser agressivo, competitivo, ativo, independente, como se tais qualidades fossem parte de sua natureza. Esse reducionismo biológico camufla as verdadeiras raízes da opressão da mulher, que é fruto de relações sociais. O novo debate feminista mostra que a hierarquia sexual não é uma fatalidade biológica e sim fruto de um processo histórico (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 54-56).

Nesse mesmo sentido, Swain (2011, p. 84) refere que a discriminação das mulheres vem da ideia que existe uma “diferença natural” entre os sexos, que se desdobra em poderes e deveres distintos para homens e para mulheres. Como a noção de diferença pressupõe algo a que ela se refere, ou seja, nada é diferente sozinho, isolado, é necessário um referente para se comparar. No caso das sociedades patriarcais, a referência é o homem branco, heterossexual, de preferência de uma classe econômica superior. Essa “diferença sexual” faz com que os homens se sintam e se considerem em posições superiores às das mulheres, fazendo com que eles acreditem estar no direito de se apropriar das mulheres ou de seus corpos, em diferentes âmbitos que a sociedade possibilita: casamento, prostituição, estupro.

Assim, com fulcro nessas visões, é que no contexto da década de 60 o feminismo ressurgiu como um movimento com força política e potencial de transformação social. Consoante Lipovetsky (1997, p. 65), nessa época surge uma nova problemática que já não considera a sexualidade um domínio privado, mas sim uma relação de poder entre os sexos, um dispositivo de essência política, constitutivo da ordem patriarcal. É através da sexualidade que se exerce o poder do masculino sobre o feminino: o sexo não é mais reduzido a simples função natural, mas sim passa a ser visto como o ponto de passagem para as relações de dominação que os homens exercem sobre as mulheres.

Nesse sentido, o discurso feminista, ao apontar que o “sexo é político”, pois contém ele próprio relações de poder, rompe com os modelos políticos tradicionais que atribuem neutralidade ao espaço individual e definem política unicamente como a “esfera pública”. O discurso feminista aponta para o caráter subjetivo da opressão, revelando os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública. Assim, conscientizando-se do fato de que as relações interpessoais contêm também um componente de poder e hierarquia (homens *versus* mulheres; pais *versus* filhos; brancos *versus* negros; patrões *versus* operários), o feminismo busca superar essas formas tradicionais de organização, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 8-10).

É por isso que o movimento feminista contemporâneo vem denunciando as divisões binárias nas relações sociais e de trabalho: de um lado, o feminino, ligado ao domínio doméstico e privado; de outro, o masculino, ligado ao domínio público, e dispondo de domínio e decisão no âmbito doméstico. A partir daí, as feministas criaram duas frases de ordem: “o privado é político” e “o pessoal é político” (SWAIN, 2011, p. 86).

Por “o privado é político”, entende-se que a própria criação da divisão público/privado é uma atitude política, pois diz respeito à constituição hierárquica da sociedade como um todo. Ou seja, é um sistema social que, a partir da noção de público, atribui toda a importância, o poder, a autoridade, para a esfera do masculino. Ao feminino, resta a esfera privada da família, da reprodução, da domesticidade, que reduz as mulheres à mera função de procriação, de agradar o homem e de exercer o trabalho doméstico (SWAIN, 2011, p. 86).

Já “o pessoal é político” é um alerta para a própria condição de “ser mulher” na sociedade patriarcal, ou seja, a mulher de doação e dedicação, mas igualmente capaz de sedução, de manter o desejo e responder à sexualidade masculina. Reduz, assim, todas as mulheres a esse modelo. O feminismo leva a questionar, então, essa lógica: que importa se a mulher deseja ou não ter filhos, que importa a roupa que ela use? A postura feminista é de construção, de afirmação de si, de sujeito político e sujeito de ação e modificação da realidade em que vive (SWAIN, 2011, p. 87).

Na atualidade, uma das principais pautas do movimento feminista refere-se à questão da sexualidade e violência, ou seja, ao controle e limitação da sexualidade feminina por meio de tabus e proibições, como por exemplo a questão da virgindade e da castidade. O feminismo reivindica a autodeterminação das mulheres sobre seus próprios corpos, em relação ao exercício da sexualidade, da procriação, da contracepção, bem como a desvinculação da sexualidade com a função biológica da reprodução, exigindo o direito ao prazer sexual e à livre opção pela maternidade (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 59-61).

Outra questão bastante presente na pauta do movimento é a beleza feminina. Segundo Lipovetsky (1997, p. 144-145), para o feminismo contemporâneo, desconstruir a beleza corresponde a analisá-la como um instrumento de domínio dos homens sobre as mulheres, um dispositivo político cuja finalidade é separar os sexos. Essa cultura do belo não se limita a instigar mulheres umas contra as outras, ela divide e fere cada mulher em si mesma. As imagens superlativas do feminino veiculadas pelos meios de comunicação acentuam o terror das marcas da idade, geram complexos de inferioridade, vergonha, ódio ao corpo. Hoje, as feministas analisam a beleza feminina como um meio de opressão do feminino. Dentro desse contexto, pode-se citar o exemplo da imprensa feminina, que fez entrar o universo da beleza na era moderna da educação de massas e da promoção do consumo estético. Os anúncios são elaborados para legitimar a sedução, o gosto pela juventude, as paixões narcisistas, a procura consumista da beleza. Ser bela

passa a constituir uma obrigação para as mulheres (LIPOVETSKY, 1997, p. 151-158).

Consoante Aronovich (2011, p. 125) a mídia, tal e qual a maior parte da sociedade, costuma ver as mulheres ora como objetos de decoração, ora como seres maternais. Esses são os únicos papéis que as mulheres devem exercer: ser bonitas (ou seja, estar dentro de padrão de beleza branco e magro) para sempre, e/ou ter filhos. Pode-se constatar a fixação que a mídia tem por essas duas “missões de vida”, sempre que uma mulher com alguma profissão não convencional (policia, pedreira, cirurgiã etc.) é retratada, pois em qualquer reportagem sobre ela, alguns parágrafos serão dedicados à vaidade da entrevistada ou aos seus filhos.

Especificamente no caso brasileiro, são duas grandes temáticas que, conforme Machado (2011, p. 77) ganham espaço na movimentação feminista dos anos 1970 aos dias de hoje: a violência contra as mulheres e os direitos à saúde, à sexualidade, à reprodução.

Até meados da década de 80, os questionamentos feitos pelos novos movimentos de liberação das mulheres a respeito do próprio conteúdo e funcionamento do “político”, ou do significado da separação entre esferas “privada” e “pública” ainda não haviam sido incorporados no Brasil. Um dos principais campos de atuação das feministas desse período foi na área da saúde, na qual obtiveram significativas conquistas com o início do período de abertura política, imprimindo suas concepções de liberação feminina dentro das instituições estatais. Como exemplo, cita-se a implementação de uma política de planejamento familiar pelo governo federal brasileiro, no ano de 1983: o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (MACHADO, 2011, p.79)

Em relação à violência sexual, a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.240/06) possibilitou o esclarecimento perante a definição do que seria violência. Até então, entendia-se por violência apenas agressões que deixassem marcas visíveis como hematomas ou feridas. A lei, contudo, amplia esse conceito, entendendo-se como violência tudo aquilo que fere a integridade da pessoa, ou seja, não apenas o caráter físico, mas também o psicológico, sexual, moral ou patrimonial (MACHADO, 2011, p. 80).

A desigualdade entre homens e mulheres ainda é grande pois, dos 195 países no mundo, pouco mais de 8% tem o sexo feminino no poder eletivo. O Brasil está entre os países mais desiguais do mundo no fator Gênero, tendo caído quatro posições, segundo o relatório de 2010 da ONU. A Subcomissão de Gênero através do trabalho que realiza fortalece todas as conquistas e

incentiva a participação ativa da mulher acerca de temas relacionados aos direitos femininos (MOVIMENTO, 2012).

Em suma, verifica-se que o movimento feminismo buscar modificar a ideologia patriarcal arraigada na sociedade contemporânea. Com a emergente expansão do ciberespaço, passa-se a discutir qual o potencial que as novas tecnologias, numa sociedade em rede, podem ter na difusão das lutas, dos protestos, das reivindicações dos movimentos sociais. A partir desse contexto, o próximo tópico tem por objetivo abordar como o ativismo dos movimentos sociais é transportado para a *internet* e de que maneira os movimentos sociais se apropriam da tecnologia para difundir sua luta.

## **2 A INTERNET E O ATIVISMO DIGITAL: qual o papel das redes na luta dos movimentos sociais?**

Qual a constituição e estrutura dos movimentos sociais na era da *internet*? Castells (2013, p. 10-11) considera que as relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses, o que é exercido por meio da coerção e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica (esta fonte de poder é, segundo o autor, mais decisiva e estável, pois “torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades”). Contudo, onde há poder há também contrapoder, que reflete a capacidade dos atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar seus interesses.

Ao longo da história, os movimentos sociais produziram novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram, a fim de representar esses valores criando novas formas para organizar a vida social (CASTELLS, 2013, p. 14). Contudo, para que estes atores sociais exerçam o contrapoder, é essencial a comunicação, pois é dela que depende o processo de construção de significado. É nesse contexto que entra a relevância da expansão da *internet* nas últimas décadas. Leticia Castells (2013, p. 11-12) que a mudança de ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, as relações de poder. E a mudança fundamental nos últimos anos foi a emergência da autocomunicação – o uso da *internet* e das redes sem fio como plataformas da comunicação. Essa autocomunicação fornece uma plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social em relação às instituições já estabelecidas da sociedade.

A sociedade em que vivemos é, conforme Castells (2013, p. 12-14), uma sociedade em rede, na qual o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de

acordo com os interesses e valores dos atores habilitados. Nessa sociedade, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção de poder. Quem detém o poder na sociedade em rede são, portanto, os programadores, que elaboram cada uma das principais redes que dependem da vida das pessoas (governo, parlamento, finanças, mídia, etc.), e os comutadores, que operam as conexões entre diferentes redes (barões da mídia introduzidos na classe política, elites financeiras que bancam elites políticas, elites políticas que se socorrem de instituições financeiras, etc.). Se o poder é exercido pela programação de redes, o contrapoder é desempenhado reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo em que se alteram as redes de resistência e mudança social.

Assim, os movimentos sociais, produtores de novos valores e objetivos em tornos dos quais as instituições da sociedade se transformaram, exercem o contrapoder construindo-se mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional – quer dizer, basicamente se valendo das redes da *internet* e das plataformas de comunicação sem fio (CASTELLS, 2013, p. 14).

Uma importante característica dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais é que a própria constituição da comunicação determina as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie de seu gênero (CASTELLS, 2013, p. 19-20).

Mas de onde vêm os movimentos sociais e como são formados? Na teoria de Castells (2013, p. 16-19), a qual se adota neste artigo, suas raízes “estão na injustiça fundamental de todas as sociedades, implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça”. Além disso, os movimentos são constituídos de indivíduos, que se entusiasmam quando são mobilizados para um objetivo que apreciam, o que está diretamente relacionado à esperança, que é um ingrediente fundamental no apoio à ação com vistas a um objetivo. Mas, para a formação de um movimento, essa ativação emocional deve se conectar a de outros indivíduos, o que é feito por meio de um processo de comunicação de uma experiência individual para outras. E, em nossa época, as redes digitais são os veículos de comunicação utilizados pelos movimentos sociais – por isso a relevância das redes digitais para formar um processo de comunicação que propague os eventos e as emoções dos movimentos.

Nesse sentido, vale destacar as seguintes palavras do autor (2013, p. 21):

Em resumo, para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instituições, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma. Além disso, devem acionar a conexão entre diferentes redes de mudança social, por exemplo, entre redes pró-democracia e redes pela justiça econômica, redes voltadas para os direitos das mulheres, a conservação ambiental, a paz, a liberdade e assim por diante.

Observa-se, assim, a relevância do conceito de redes para o campo dos movimentos sociais. Segundo Gohn (2013, p. 11), o modelo de associativismo que tem se consolidado ao longo dos anos 2000 caracteriza-se pela tendência de articulação em redes e criação fóruns a partir de tais redes. Os temas e problemas sociais seguem bastante amplos, passando pelo universo da cultura, da economia, das relações sociais e políticas, dos valores morais, etc.

Seguindo nessa linha de raciocínio, Gohn (2013, p. 32) pondera que, para alguns, a rede substitui a categoria movimento social, enquanto que, para outros, é um dos suportes ou ferramentas dos movimentos e, finalmente, também é entendida como uma construção que atua no campo das práticas civis, sem conotação com a política. Apesar das diferentes concepções teóricas, “na prática ela caracteriza-se por ‘articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais’” (p. 35).

Na categorização trazida por Gohn (2013, p. 89-91) o movimento das mulheres é enquadrado dentro dos movimentos identitários e culturais sobre gênero. Conforme a autora (2013, p. 89-90), esses movimentos identitários tem como característica conferir aos seus participantes uma identidade centrada em fatores biológicos, étnicos/raciais, ou geracionais. São os que mais cresceram a partir dos anos 1990, assim como foram os que mais receberam a atenção das ONGs. Os programas e os projetos governamentais direcionados para os grupos em situação de vulnerabilidade social, também têm procurado focalizar estes grupos.

Seguindo na concepção de Gohn, observa-se que a noção de redes não é específica da *internet*. Conforme Moraes (2001, p. 2), a organização em redes, seja dentro ou fora da *internet*, facilita a intercomunicação de

indivíduos e agrupamentos heterogêneos que compartilham visões de mundo, sentimentos e desejos, servindo de estuário para a defesa de identidades culturais, a promoção de valores éticos e a democratização da esfera pública.

Todavia, a estrutura da *internet* facilita a estruturação e a atuação dos movimentos sociais, motivo pelo qual diferentes movimentos, com as mais variadas pautas, têm se utilizado cada vez mais da tecnologia tanto para comunicação entre os participantes do grupo quanto para divulgação de suas ideias e captação de novos membros. Esses grupos tanto surgem fora da rede e nela encontram um espaço facilitado para comunicação, quanto surgem na própria rede e, a partir dela, partem para a ação no espaço físico.

Castells (2013, p. 159-160), analisando estes recentes movimentos sociais que surgiram na *internet* e tomaram as ruas de diversos países nos últimos anos, traça alguns pontos em comum destas práticas ativistas. Uma delas é a conexão em rede, que se caracteriza por ser multimodal, com o uso concomitante de redes *online* e *offline*. Embora se valham do espaço urbano, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da *internet*, no qual não contam – nem necessitam – de uma liderança formal, de um centro de comando ou controle, nem de uma organização vertical. A estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas.

Nesse sentido, verifica-se que a *internet* dinamiza os esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquias de juízos. Por exemplo, no ciberespaço, as ONGs produzem manifestações em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo estarem presas a um lugar ou tempo em particular. A *internet* e suas novas ferramentas de intervenção (como campanhas virtuais, correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, manifestos *online*, etc.) funcionam como uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos (MORAES, 2001, p. 3).

Além disso, a *internet* tem uma importante função na transmissão das mensagens dos diferentes movimentos. Isto porque, consoante ensina Moraes (2001, p. 5), os meios de comunicação massiva cumprem o papel de um filtro entre o que deve ser noticiado, ao contrário da *internet*, que rompe com essa intermediação, facilitando que os agentes das notícias sejam aqueles que fazem o acontecimento chegar até a sociedade. Quer dizer, por

meio da *internet*, grupos e movimentos ativistas encontram um lugar para se manifestar de forma livre, sem passar pelo filtro da mídia tradicional.

No dizer de Lemos e Lévy (2010, p. 26-27), o ciberespaço reconfigurou a esfera pública, tornando as ações de produzir, distribuir e compartilhar princípios próprios dessas mudanças. Lecionam os autores que, antes dessas reconfigurações, predominavam as mídias massivas, ou seja, as tradicionais, baseadas apenas na divulgação de informação para um público homogeneizado. Com a entrada em cena das mídias pós-massivas – a exemplo da *internet* –, surgem possibilidades para uma liberdade de expressão, memória e navegação na esfera informacional infinitamente maior que antes. Tudo isso propicia a mobilização da inteligência coletiva, e o conseqüente surgimento de formas de comunicação e intercâmbio de conteúdo, de forma ampla, aberta e multidirecional. E, se ter mídias livres é uma condição básica para o exercício da democracia, a estrutura aberta, transversal, livre e colaborativa da *internet* potencializa a relação entre comunicação e política, abrindo possibilidades de exercício político democrático.

Assim, as mídias interativas, as comunidades virtuais e a explosão da liberdade de expressão possibilitadas pela *internet* trazem, segundo Lemos e Lévy (2010, p. 33-34), um novo espaço de comunicação, inclusivo, transparente e universal, que pode renovar as condições de vida pública no sentido de uma maior liberdade e responsabilidade dos cidadãos. Exemplos são trazidos pelos autores: comunidades virtuais criam uma democracia local em rede, mais participativa; o governo eletrônico (e a sua conseqüente reforma administrativa) reforçam as capacidades de ação das populações administradas em vez de sujeitá-las ao poder; novas ágoras *online* permitem novos modos de informação e deliberação política.

Nesse sentido, a *internet* funciona, para os movimentos em rede, como um mecanismo de resistência e oposição ao domínio da mídia tradicional. Nas palavras de Moraes (2001, p. 4), “o mosaico comunicacional da *web* reforça os campos de resistência à concentração da mídia, permitindo que ideias humanistas se expressem no perímetro do espaço político desterritorializado”.

Downing (2004, p. 270) é outro autor que também enxerga um potencial democrático na tecnologia, afirmando que, ao proporcionar a transmissão fácil de textos simples bem como os meios de combinar e recombinar uma série de formatos de mídia e atores sociais, a *internet* permite a distribuição de conhecimentos e recursos a quase todos os lugares do globo, de maneira até então inédita. Nesse sentido, a *internet* pode vir a

ser a primeira esfera pública global, um meio pelo qual a política pode tornar-se realmente participativa, tanto em âmbito regional quanto internacional.

Apesar disso, o autor (2004, p. 273) não deixa de visualizar que o desenvolvimento da *internet* como veículo democrático enfrenta problemas consideráveis, como o acesso limitado. Mas, apesar destes problemas, defende que é “essencial dar à *internet* um enfoque de mídia radical: consiste na participação das pessoas na criação de formas interativas de comunicação que atuam como força de compensação para o fluxo unilateral que é próprio da mídia comercial” (DOWNING, 2004, p. 275).

Assim, embora a *internet* não possa ser considerada, por si só, a fonte que ocasiona esse ativismo digital, tem um papel essencial ao conectar as pessoas, propiciando o encontro, a troca de ideias e as discussões sobre metas e estratégias de ação. Para Castells (2013, p. 167), o papel da *internet* vai, deste modo, além da mera instrumentalidade, ao criar condições para um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar, se proteger da repressão.

Uma característica essencial desses movimentos é, portanto, que a sua constituição em redes pela *internet* reflete-se na ocupação do espaço urbano. Nas palavras de Castells (2013, p. 160-161 – grifo do autor):

O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos [...] *O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede.*

Para Castells (2013, p. 167-171) os movimentos sociais em rede comungam da assim denominada *cultura da autonomia*, ao encarnarem o projeto fundamental de transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar a capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses. Defende o autor que a *internet* fornece a plataforma de comunicação organizacional ideal para traduzir essa cultura da autonomia. Os movimentos sociais em rede, trazendo a marca da sua sociedade, revelam serem amplamente constituídos

de indivíduos que convivem confortavelmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual.

Quanto às possíveis consequências desses movimentos sociais na *internet*, Castells (2013, p. 172-173) considera que, apesar da influência dos movimentos sociais sobre a política e os programas de governo depender amplamente de sua contribuição potencial para as agendas preestabelecidas dos atores políticos, a verdadeira mudança que tais movimentos provocam é cultural – ou seja, na consciência dos cidadãos em geral, qualificando-os pela participação nos próprios movimentos.

A partir de tais reflexões, o próximo tópico tem por objetivo abordar como o movimento feminista tem se relacionado com o ciberespaço, abordando as estratégias do feminismo na rede.

### **3 ESTRATÉGIAS *ONLINE* DO FEMINISMO: um mapeamento do discurso feminista na *internet***

A utilização da *internet* pelos mais diversos movimentos sociais tem crescido no mundo todo. Castells (2013, p. 8), grande estudioso do ambiente virtual, afirma que a *internet* dá voz aos indignados, contribuindo para a difusão de suas ideias, de forma nunca antes possível: “os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela *internet* sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias”.

O sociólogo (2013, p. 8) explica que os movimentos surgem como forma de combate ao poder opressor, seja ele econômico, político, cultural, social, etc., através da capacidade de indignação dos oprimidos e sua esperança de uma humanidade melhor. Pode-se afirmar que a luta central de todos os movimentos sociais é contra um poder opressor, que somente pode ser ganha a partir do uso da palavra, da abertura do discurso, para que outras pessoas, oprimidas ou não, passem a entender a injusta situação dos oprimidos e com isso buscar a mudança. Sintetiza Castells (2013, p. 11): “é por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas”.

Para tanto, as tecnologias de informação e comunicação tornaram-se uma poderosa ferramenta alternativa às mídias tradicionais, permitindo ao ativismo uma nova faceta. A *internet* pode ser entendida como meio fundamental para a divulgação das causas, reivindicações e organização de mobilizações. Sabe-se que a *internet* tem o condão de reduzir fronteiras, possibilitando que indivíduos, adeptos ou curiosos, busquem e emitam informações, permitindo um salto quantitativo e também qualitativo ao discurso.

No que tange ao movimento feminista, a busca pela construção de significado no ambiente virtual não é diferente. Ativistas feministas têm, na *internet* uma difusora de ideias: “A internet desenvolve-se, no contexto da comunicação, como um oxigênio para os meios tradicionais e, para nós feministas, vem sendo o canal por onde conseguimos propagar nossas pautas e mobilizar para nossas ações” (CUNHA, 2013). Porém, o espaço virtual também representa alguns perigos, como explica Cunha (2013), ativista feminista: “contudo, é fundamental ressaltar que da mesma forma como o machismo está presente nos estereótipos da mídia tradicional, ele também atinge a *internet*”.

Desse modo, a *internet* pode representar uma libertação do discurso feminista, mas também pode ser utilizada para o fortalecimento do machismo na sociedade. No entanto, o benefício maior da *internet*, de acordo com Cunha (2013), é que ela concede ao movimento feminista uma oportunidade de combate ao machismo, permitindo que as ativistas tornem-se também criadoras e difusoras de conteúdo, participando da criação de significado na mente das pessoas (Castells). “Por isso, é cada vez mais importante que tenhamos um circuito de comunicadoras feministas, *blogueiras* e ativistas que coloquem na mídia uma nova mídia” (CUNHA, 2013). Neste contexto, o presente estudo buscou realizar um breve mapeamento das principais formas de ativismo feminista na *internet*, identificando suas estratégias de difusão de informação, principalmente no cenário brasileiro.

Um exemplo paradigmático deste novo ambiente ativista é a Marcha Mundial das Mulheres, que vem utilizando a rede para disseminar os objetivos do movimento (CUNHA, 2013). O movimento, criado em 2000, nasceu de uma campanha contra a pobreza e violência, intitulada “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista” e teve como inspiração “uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, ‘Pão e Rosas’” (NAS RUAS, [201-]). Dentre as principais bases teóricas do movimento está a defesa de que “as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente”, tendo por objetivo principal a construção de “uma perspectiva feminista afirmando o direito à autodeterminação das mulheres e a igualdade” (NAS RUAS, [201-]). Pode-se observar aqui que há grande conexão do movimento feminista com outros movimentos sociais, como o de igualdade racial, dos trabalhadores e ambientalista.

Com grande atuação na *internet*, a Marcha Mundial das Mulheres também promove ações nas ruas. De acordo com informações do *blog* oficial do movimento, já foram realizadas “três ações internacionais, nos anos 2000, 2005 e 2010” (NAS RUAS, [201-]). Em 2000, o grupo entregou à Organização das Nações Unidas (ONU), “um documento com dezessete pontos de reivindicação, apoiado por cinco milhões de assinaturas”, caracterizando a MMM como movimento internacional. A segunda ação a nível mundial foi realizada em 2005, com a divulgação da “Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade”, trazendo “alternativas econômicas, sociais e culturais para a construção de um mundo fundado nos princípios da igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade entre os povos e seres humanos em geral, respeitando o meio ambiente e a biodiversidade” (NAS RUAS, [201-]). A terceira ação mundial ocorreu em 2010, “com mobilizações de diferentes formatos em vários países do mundo [...], expressando a solidariedade internacional entre as mulheres, enfatizando seu papel protagonista na solução de conflitos armados e na reconstrução das relações sociais em suas comunidades, em busca da paz”, tendo como tema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, essa ação foi ancorada nos quatro principais pontos de ação do movimento: Bem comum e Serviços Públicos, Paz e desmilitarização, Autonomia econômica e Violência contra as mulheres” (NAS RUAS, [201-]).

No Brasil, o movimento conta com intensa participação e difusão de conteúdo na *internet*, bem como ações públicas, como passeatas, batucadas e colagem de lambe-lambe (colagem de cartazes). De acordo com o *blog* oficial do movimento no Brasil (NA REDE, [201-]), a MMM tem crescido bastante no Brasil: “fizemos muitas ações e continuamos em ofensiva para acabar com a mercantilização do nosso corpo e da nossa vida. E passamos a ter mais presença na *internet*: muitos coletivos da Marcha nos estados criaram seus *blogs* e muitas militantes da MMM também”.

A Marcha das Vadias também é outro movimento bastante reconhecido no cenário virtual brasileiro e mundial, graças à difusão pela *internet*. Também originária do Canadá, a Marcha das Vadias – “*Slutwalk*” – tem o objetivo de mostrar a indignação com o uso pejorativo do termo vadia, fruto da cultura machista da sociedade, palavra que simboliza a opressão sofrida pela mulher (MANO, 2012):

“Vadia” é um termo recorrente em nossa sociedade. Serve para classificar alguém de forma pejorativa a partir do nosso olhar julgador. Pode ser por sua roupa, sapato alto, rebolado, passado amoroso, olhos verdes, tragédia familiar, vida profissional ou qualquer outra característica absolutamente arbitrária considera uma ameaça aos bons costumes. “Vadia” é apenas uma das muitas

palavra que simboliza a opressão sobre a mulher. Demonstra o quanto a sociedade quer que permaneçamos “obedientes”, dentro das regras básicas de convívio. Segundo aqueles que a empregam, não podemos agressivas, indiscretas e muito menos libertárias. Não devemos provocar a “desordem” com nossas atitudes. E, pior: por sermos mulheres e termos um corpo com seios e vagina, merecemos ser assediadas, desrespeitadas, sofrer abusos psíquicos e violência física.

O movimento, iniciado na cidade de Toronto, em resposta às orientações de um policial durante uma palestra para universitárias: “Se a mulher não se vestir como uma vadia, reduz-se o risco de ela sofrer um estupro”, já chegou a mais de 50 cidades no mundo. No Brasil, a primeira manifestação ocorreu em 4 de junho de 2011 em São Paulo (MANO, 2012).

As ativistas da Marcha explicam que o objetivo do movimento, especialmente quanto à exposição dos corpos femininos, com seios à mostra, por exemplo, é “mostrar que o corpo é um local de batalha política. É por meio dele que se constroem muitos preconceitos e se justificam as maiores barbáries. Ninguém pode ser bem ou mal tratadx, ter maior ou menor liberdade, ser ou não estupradx em função de características físicas” (MANO, 2012, *sic*).

Neste sentido, as principais pautas de discussão do movimento feminista identificadas pela pesquisa são, em geral, tópicos de caráter global, como violência doméstica, imposição de padrões de beleza, questão racial e divisão sexual do trabalho. No âmbito local, identificaram-se debates acerca da proposta do Estatuto do Nascituro e da legalização do aborto no Brasil e do incentivo aos partos humanizados.

A atualidade da discussão trazida pelo movimento feminista é incontestável. Suas ações, igualmente, vêm sendo realizadas atualmente em grande número e intensidade, ocorrendo em diversos pontos do país, de forma organizada. No tópico seguinte, serão analisadas as principais estratégias *online* do movimento.

### **3.1 Estratégias do movimento feminista *online***

Como demonstrado acima, o movimento feminista tem grande atuação no ambiente virtual. A partir da visibilidade garantida pela *internet*, o movimento difunde conteúdo, organiza manifestações e atos por todo o país e o mundo. Assim, buscando-se avaliar de que modo se dá a apropriação das novas tecnologias, especialmente a *internet*, pelo movimento feminista, na análise feita para este estudo observou-se a existência de diversos *blogs*, sejam vinculados aos movimentos, como o da Marcha Mundial das Mulheres (Figura 1), quanto de feministas, que utilizam esta plataforma como meio de

difusão de conteúdo e comentários acerca de eventos cotidianos, envolvendo mulheres.



Figura 1: *Blog da Marcha Mundial das Mulheres* (<http://marchamulheres.wordpress.com>)

Outro *blog* bastante importante no cenário “ciberfeminista” brasileiro é o denominado “Blogueiras Feministas” (Figura 2), que reúne diversas mulheres, autoidentificadas como feministas, com o seguinte objetivo (QUEM, [201-]):

Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer vídeos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa idéia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade.

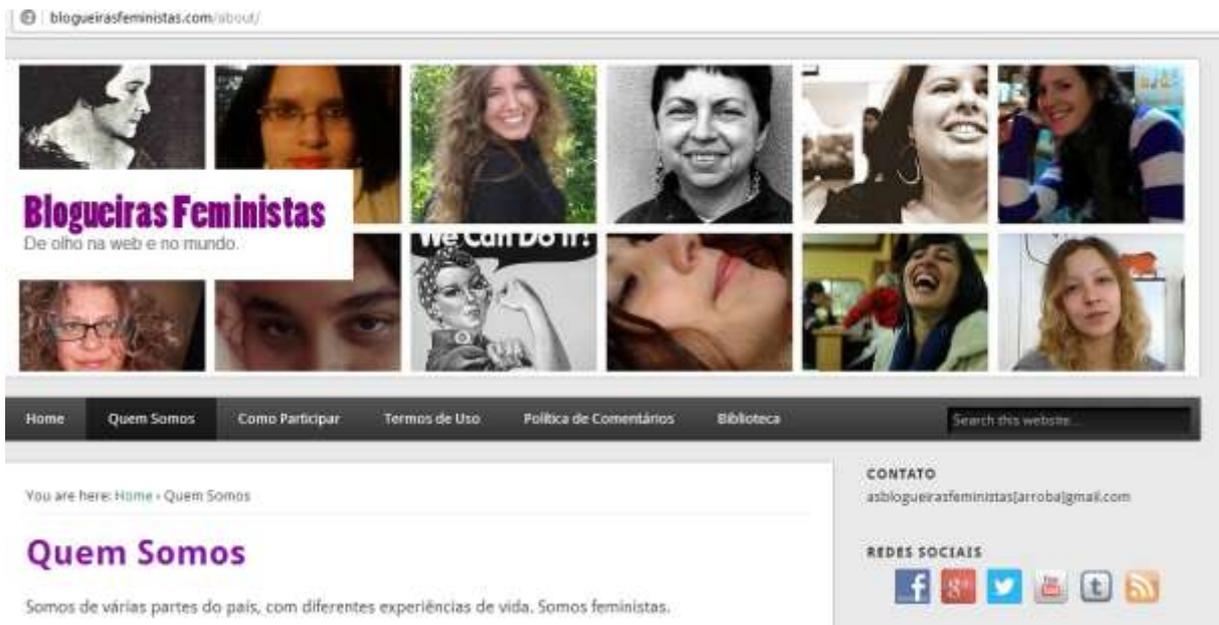


Figura 2: *Blog "Blogueiras feministas"* (<http://blogueirasfeministas.com>)

Também bastante conhecido, o *blog* da professora universitária Lola Aronovich, “Escreva Lola Escreva” (Figura 3) traz discussões atuais sobre feminismo e outras temáticas relacionadas:



Figura 3: *Blog "Escreva Lola escreva"* (<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br>)

Além dos *blogs*, também há bastante interação do movimento feminista com o público virtual através das redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*. Explicam as ativistas responsáveis pelo *blog* da Marcha Mundial das Mulheres (NA REDE, [201-], grifos do autor):

Em 2008, nós, **jovens da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)**, criamos o **blog** da ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Naquele momento, precisávamos de uma forma mais **ágil** para nos **comunicar** e nos **articular**, e para **divulgar** nossas **ações e atividades**. Lá, a gente colocou **vídeos** **passo-a-passo** sobre como montar uma **batucada**, como colar **lambe-lambe** e etc.

[...]

Criamos **página e grupo** no **Facebook**, perfil no **Twitter**, contas no **Flickr** e no **Tumblr**, fizemos nosso próprio **site**, inauguramos o **#butecodasmina**, enfim... **Estamos na rede articulando o mesmo feminismo que marca presença nas ruas, entendendo que o virtual é mais uma expressão do real, e que as novas ferramentas da internet podem servir para potencializar ainda mais a nossa luta.**

O *Twitter* é utilizado para promover os chamados “tuitaços”, como o realizado em 28 de setembro de 2013 em prol da legalização do aborto, utilizando *#legalizaaborto* nas postagens na rede social (MULHERES, 2013).

Uma recente e importante vitória do movimento, que teve grande apoio da “logística virtual” foi a sanção do Projeto de Lei 03/2013, dando origem à lei 12.845/13, que dispõe acerca do atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Os movimentos realizaram uma campanha virtual em prol do esclarecimento acerca do objetivo da lei e da sanção integral pela Presidente da República, com o apelo *#SancionaTudoDilma* no *Twitter* e petição pública *online*.

Também alguns veículos de comunicação costumam dar atenção à temática feminista, como Carta Capital, Revista Fórum, entre outros veículos, em geral fora do eixo das empresas mais tradicionais.

O alto nível de organização do movimento feminista fica evidente quando é feita uma análise da sua atuação na *internet*, pois aproveita ao máximo as mais diversas plataformas para difusão de conteúdo e para disseminar suas reivindicações. A organização no ambiente virtual também é ressaltada por Castells (2013, p. 160) como um ponto positivo ao movimento, pois dificulta o combate ou a censura de suas ideias, uma vez que os movimentos sociais com suporte organizacional da rede, como o feminista, dificultam a identificação dos centros de comando e lideranças:

Por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos. Desse modo, não precisam

de uma liderança formal, de um centro de comando ou de controle, nem de uma organização vertical, para passar informações ou instruções. Essa estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral. Também reduz a vulnerabilidade do movimento à ameaça de repressão, já que há poucos alvos específicos a reprimir.

Além das manifestações no ambiente virtual, é comum que o movimento feminista realize ações em ambientes públicos. Como explica o estudioso dos movimentos sociais na era digital, Castells (2013, p. 15), os movimentos sociais precisam construir um espaço público de discussão. Mesmo que a *internet* possa funcionar, e muito bem, como meio de disseminar conteúdo, “os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à *internet*, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos” (CASTELLS, 2013, p.15).

Observa-se que o movimento feminista utiliza as plataformas acima citadas também para organizar e marcar manifestações e atos. Tais ações carregam uma carga de importância muito relevante, pois são responsáveis por trazer as discussões e reivindicações do movimento para o ambiente público, o ambiente da coletividade, garantindo, assim, maior visibilidade. Assim, este espaço público forjado da simbiótica relação do ambiente virtual e real (mesmo que esta divisão não seja a mais indicada, uma vez que os indivíduos atuam igualmente em ambas as esferas) garante aos movimentos, mesmo os com temática mais específica, a designação de “globais”, uma vez que ao constituírem suas próprias redes e seu espaço público através da *internet*, eles estão conectados com o mundo inteiro. “Além disso, mantêm um debate contínuo na *internet* [...] Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica” (CASTELLS, 2013, p. 161). Claramente, o movimento feminista é um exemplo deste caráter global, uma vez que está em consonância contínua com os coletivos do mundo inteiro, como especificado acima no caso da Marcha das Vadias, por exemplo.

A temática feminista é extremamente atual e global, pois suas reivindicações ultrapassam fronteiras nacionais, seja diante da massiva imposição de padrões de beleza e mercantilização do corpo ou da violência sexual, que não está restrita aos países pobres, como muitos insistem em pensar. Prova disso, é a recente campanha da ONU Mulheres, que utilizando

uma ferramenta de busca na *internet*, um instrumento tão comum quando falamos em sociedade em rede, objeto maior do presente trabalho, demonstra os principais resultados no recurso autocompletar, quando colocadas frases como: "as mulheres precisam", "as mulheres devem" e "as mulheres não podem". A pesquisa revelou "opiniões repugnantes que as pessoas ao redor do mundo têm sobre o sexo feminino" (O QUE, 2013): "Em "as mulheres devem", por exemplo, o *site* de busca *Google* - cujo recurso autocompletar funciona baseado em buscas reais - exhibe como sugestões de complementos "as mulheres devem ficar em casa", "as mulheres devem ser escravas", entre outros impropérios" (O QUE, 2013).

A campanha da ONU (Figura 4) foi realizada em diversos pontos do globo, mostrando quão grande é a atualidade e a abrangência dessa temática. Assim, "abaixo do quadro que representa a busca do *Google* - que aliás, fica posicionado sobre a boca de uma mulher, dando um tom de censura à peça -, o anúncio mostra a que veio com a frase: "As mulheres devem ter o direito de tomar suas próprias decisões" (O QUE, 2013):

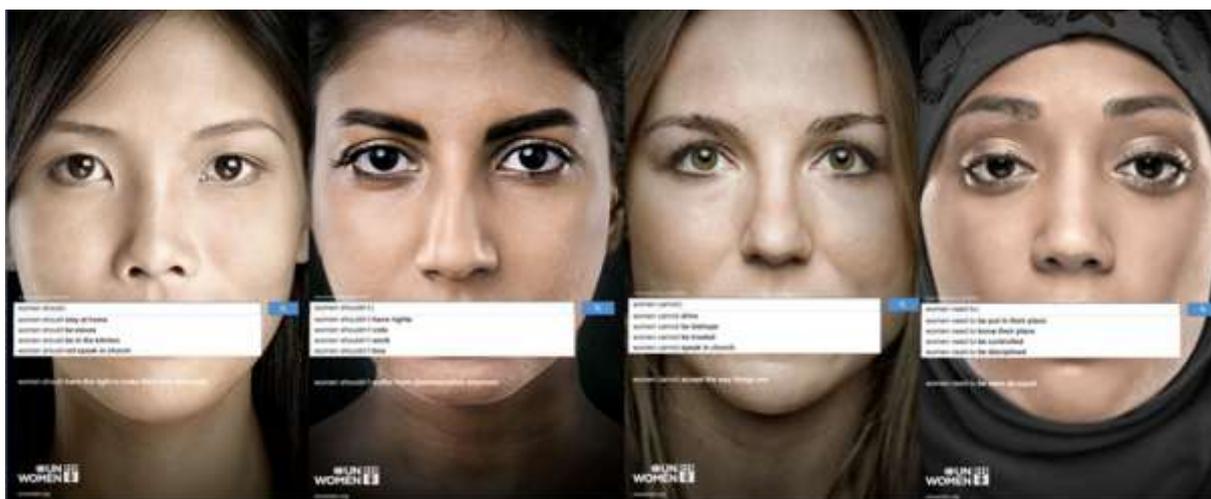


Figura 4: Campanha ONU Mulheres

Certamente, o movimento feminista encontra-se amplamente difundido no Brasil e no mundo. O trabalho aqui realizado não objetiva (e nem teria condições de) apontar todos os *sites* e grupos defensores da causa. O objetivo central foi demonstrar a importância da *internet* na difusão das ideias do movimento feminista, como um instrumento que permite um alcance cada vez maior à temática. Neste sentido, Castells (2013, p. 167) conclui:

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet [...] Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança

sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada.

Em suma, o feminismo encontra na rede um aliado contra a dominação institucionalizada, o que já havia sido percebido por Castells (2008, p. 170) em sua obra *O Poder da Identidade*, na qual afirma que a rápida difusão de ideias permitida pela sociedade em rede representa um desafio ao patriarcalismo, que vem sendo contestado cada vez mais pelos processos de transformação do trabalho feminino e conscientização da mulher.

Desse modo, a contribuição da *internet* para os movimentos sociais em geral e, em especial ao feminista, é imensurável, pois se configura uma mídia de difícil censura e grande abrangência, permitindo que o movimento realize sua mais importante função: a disseminação do discurso.

## CONCLUSÃO

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) representam, na atualidade, alternativas ao conteúdo veiculado pelos meios de comunicação de massa tradicionais, possibilitando novas formas de ativismo através da rede, comumente denominadas ativismo digital ou *ciberativismo*. O uso da *internet* aumenta o alcance dos conteúdos de conscientização abordados por cada movimento, proporcionando ainda o estreitamento dos laços de solidariedade entre os diversos grupos ativistas no Brasil e no mundo.

No caso do movimento feminista, vê-se que, nas últimas décadas, apesar de ter conquistado a ampliação dos direitos da mulher, com ações fundamentais na luta pela igualdade de gêneros, a igualdade entre homem e mulher ainda não é plenamente garantida na sociedade, que segue marcada por traços machistas característicos da cultura do patriarcado.

Apesar disso, percebe-se que a família patriarcal vem sendo contestada cada vez mais pelos processos de transformação do trabalho feminino e conscientização da mulher que, com o desenvolvimento da sociedade em rede, passam a ampliar seu alcance. Desta forma, a *internet* pode ser visualizada como um oxigênio em relação aos meios tradicionais, sendo o canal por onde, na atualidade, o movimento feminista tem conseguido propagar suas pautas e mobilizar ações na busca pela mudança cultural, desconstruindo os estereótipos sexistas e machistas ainda tão presentes na sociedade.

Os movimentos de mulheres utilizam *blogs* e *sites* como fóruns de discussão sobre os direitos e desafios da mulher, pelo que se percebe o visível

auxílio da *internet* na mobilização feminista. Por outro lado, a utilização desta plataforma propicia que pessoas que, de outro modo, não teriam contato com o ativismo feminista (ou teriam um contato mais dificultado) possam visualizar a importância das reflexões feitas pelo movimento, buscar material, aprender sobre o assunto, e quem sabem até mesmo passar a vivenciar e compartilhar as experiências e os debates suscitados pelo tema.

A rede é utilizada como forma de produção de conhecimento e troca de experiências, facilitando uma interação democrática e livre dos filtros – não raro censores – da mídia tradicional. Além disso, funciona como espaço de mobilização, instrumentalizando o planejamento e a execução de eventos que posteriormente saem do espaço virtual para ocupar o espaço das ruas, como a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Vadias.

Em suma, o espaço livre de ideias advindo da *internet* propicia ao movimento feminista uma ampliação do debate e da troca de ideias, trazendo reflexos da sua estruturação na rede para a ocupação do espaço urbano. Assim, retornando às ideias de Castells, pode-se dizer que o feminismo já está percebendo a relevância das tecnologias da informação e comunicação para a constituição daquilo que o autor denomina *espaço da autonomia*, ou seja, um espaço híbrido entre a cultura livre da rede e o espaço físico urbano, cuja utilização em conjunto tem o potencial de gerar uma ação transformadora, que desafia as instituições tradicionais, ainda muito marcadas pela cultura machista e patriarcal, em prol de uma sociedade mais humana e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARONOVICH, Lola. Mídia e mulher. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da (Orgs.). **O Direito Achado na Rua**, volume 5. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. Brasília: CEAD, FUB, 2011.

**BLOGUEIRAS feministas**: de olho na web e no mundo. [S.l], [201-]. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com>>. Acesso em: 20 out. 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. V.2: O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

- CUNHA, Cláudia. Marco civil Já, Feminismo nas Ruas e nas Redes até que todas sejamos livres. **Marcha Mundial das Mulheres: Feminismo 2.0 até que todas sejamos livres.** [S.l], 18 out. 2013. Disponível em:  
<<http://marchamulheres.wordpress.com/2013/10/18/marco-civil-ja-feminismo-nas-ruas-e-nas-redes-ate-que-todas-sejamos-livres/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- DOWNING, John. D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.** Tradução de Silvana Vieira. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004.
- ESCREVA Lola Escreva.** [S.l], [201-]. Disponível em:  
<<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- GOHN, Maria da Glória Gohn. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: RJ: Vozes, 2013.
- LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia.** São Paulo: Paulus, 2010.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo brasileiro: revolução de ideias e políticas públicas. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da (Orgs.). **O Direito Achado na Rua**, volume 5. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. Brasília: CEAD, FUB, 2011.
- MANO, Maíra Kubík. Vadias somos todas nós! Território de Maíra. **Carta Capital**, [S.l], 23 maio de 2012. Disponível em:  
<<http://mairakubik.cartacapital.com.br/2012/05/23/vadias-somos-todas-nos/>>. Acesso em: 18 out. 2013.
- MARCHA Mundial das Mulheres: Feminismo 2.0 até que todas sejamos livres.**[S.l], [201-]. Disponível em:  
<<http://marchamulheres.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- MORAES, Dênis de. **O ativismo digital.** Brasil, 2001. Disponível em:  
<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em 26 nov. 2013.
- MOVIMENTO feminista. **Portal Brasil**, [S.l], 16 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e->

justica/2012/02/feminismo-pela-igualdade-dos-direitos>. Acesso em: 23 out. 2013.

MULHERES em movimento mudam o mundo: 28 de setembro – Tuitação pela legalização do aborto no Brasil. **Marcha Mundial das Mulheres: Feminismo 2.0 até que todas sejamos livres.** [S.l], 26 set. 2013. Disponível em: <<http://mmm-rs.blogspot.com.br/2013/09/28-de-setembro-tuitaco-pela-legalizacao.html>>. Acesso em: 18 out. 2013.

NA REDE. **Marcha Mundial das Mulheres: Feminismo 2.0 até que todas sejamos livres.** [S.l], [201-]. Disponível em: <<http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/na-rede/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

NAS RUAS: O que é a marcha mundial das mulheres? **Marcha Mundial das Mulheres: Feminismo 2.0 até que todas sejamos livres.** [S.l], [201-]. Disponível em: <<http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/nas-ruas/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

O QUE o mundo pensa sobre as mulheres segundo buscas. **Exame.com.** [S.l], 18 out. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/o-que-o-mundo-pensa-sobre-as-mulheres-segundo-buscas>>. Acesso em: 18 out. 2013.

QUEM somos. **Blogueiras feministas: de olho na web e no mundo.** [S.l], [201-]. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/about/>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

SWAIN, Tania Navarro. Pequena introdução aos feminismos. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da (Orgs.). **O Direito Achado na Rua**, volume 5. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. Brasília: CEAD, FUB, 2011.